

WORLDS OF WOMEN. THE MAKING OF AN INTERNATIONAL WOMEN'S MOVEMENT.

Princeton: Princeton University Press.

RUPP, Leila J. (1998).

Teresa Cristina de Novaes Marques¹

É lugar comum ouvir nas rodadas de conversa machistas que um homem tem vários mundos, quando a mulher tem apenas um mundo – o do seu homem. Rupp mostra que, contrariamente à frase preconceituosa, havia muitos mundos femininos e que eles foram construídos a partir do envolvimento em mais de uma forma de atuação – o pertencimento a organizações políticas, a participação em eventos promovidos por mulheres, a troca de correspondência, o fortalecimento de amizades e mesmo de amores, a leitura de revistas e de panfletos de divulgação de entidades feministas.

Justamente, a reconstrução das culturas políticas dos grupos de mulheres, feministas ou não, é o forte deste livro e o que o torna leitura obrigatória para os estudiosos da história de gênero.

A capa mostra o banquete do 50º Congresso da *International Council of Women*, realizado em Washington, em maio de 1925. A feminista inglesa, Margery Corbett Ashby, foi a convidada de honra do encontro e se referiu à experiência como um pesadelo. Intermináveis saudações e brindes; falas sem objetivo, lembrou Ashby. Era o estranhamento das feministas europeias com a emergência dos feminismos norte-americanos na cena internacional, mais rico, mais ativo e menos capaz de compreender a diversidade cultural e a pluralidade de ideias do feminismo europeu. Ao menos, era assim que as feministas da Europa viam a si próprias – cultas e cosmopolitas. Virtudes cultivadas pela necessidade de terem que se comunicar nas três línguas oficiais das principais organizações de mulheres do Continente – o inglês, o alemão e o francês. Comenta Rupp que, frente às norte-americanas, as europeias tinham clareza do quanto eram diferentes das irmãs do outro lado do Atlântico e semelhantes entre si. Ironicamente, em casa, as diferenças culturais geravam tensões entre os feminismos europeus, a exemplo das francesas e alemãs que criticavam a atitude de predominância das inglesas.

A crescente dificuldade de comunicação e de ação conjunta entre as ativistas europeias e norte-americanas é um problema esboçado por Rupp, porém, pouco aprofundado. Quem desejar compreender melhor a história intelectual do feminismo internacional e suas relações com o sistema diplomático da época deve recorrer a outras autoras, a exemplo do livro da historiadora inglesa, Christine Bolt, *Sisterhood Questioned? Race, class and internationalism in the American and British women's movements*, publicado em 2004.

Não se pode dizer que o trabalho de Rupp seja mal pesquisado ou mal escrito. Aliás, é admirável como a autora percorre com economia de palavras a vertiginosa profusão de entidades de mulheres, mais ou menos feministas. Aliás, a autora contribui para o debate historiográfico feminista quando questiona as diversas acepções históricas da própria palavra feminismo. Por certo, os sentidos variavam conforme o lugar ocupado pela ativista no espectro das correntes políticas protagonizadas por mulheres. O livro de Rupp nos chama a atenção para a necessidade de refletir sobre os sentidos das palavras, ao invés de encapsular as mulheres do passado em um todo homogêneo, como “as precursoras”, “as sufragistas”, “as burguesas”, em contraste com

¹ Professora Adjunta da Universidade de Brasília. email: tcnmarques@uol.com.br

o que se entende hoje por feminismos. Os sentidos da palavra feminismo deslizavam desde a crença na superioridade moral das mulheres, ao ativismo extremado das *suffragettes*, que enfrentavam a polícia e faziam ruidosas manifestações em público.

O trabalho de Raupp também impressiona por seu controle sobre o conceitual e a literatura da história das mulheres. No entanto, em sendo uma obra de inspiração pós-moderna, abandona a preocupação com as grandes questões intelectuais e os contextos políticos dos momentos para reconstituir em pormenores as formas de fazer política e, a partir desse exercício, apresentar os elementos que constituem a identidade feminista no mundo das entidades de escopo internacional, na primeira metade do século XX.

Não há uma discussão aprofundada sobre os fundamentos intelectuais das controvérsias que dividiam o movimento de mulheres no Ocidente: a igualdade de direitos versus legislação protetora, a proximidade com o pensamento socialista versus a preservação da independência do movimento feminista, as solidariedades nacionais versus o internacionalismo em um mundo ainda profundamente colonialista. Essas e outras questões percorrem as páginas de modo rápido e a impressão de leitura é a de que a tecitura das redes de relações entre as integrantes do movimento de mulheres é mesmo o objeto da autora. Não deixa de ser útil saber quem era amiga de quem, como elas se comunicavam entre si, como eram organizados os congressos e reuniões feministas, assim como as diferentes dinâmicas que prevaleciam nas três principais entidades internacionais que carregavam a bandeira do movimento de mulheres na Europa.

Existe um conjunto de ideias que amarram o livro. A começar pela suposição de que o feminismo do início do século XX era urdido pelo que a autora chama de política personalizada. Isto é, as solidariedades e fidelidades se forjavam em torno de pessoas, fazendo com que, as identidades coletivas se construíssem

pela partilha de vários elementos: a tutela que as líderes mais antigas no movimento exerciam sobre as jovens, o comparecimento a reuniões e congressos, a leitura de revistas. Esse padrão de socialização se repete nas três entidades mais importantes, sendo que importância aqui é medida pelo número de afiliadas, pelo grau de internacionalização da organização e pela repercussão de suas atividades. Eis as entidades examinadas com atenção por Rupp: *International Council of Women*, *International Alliance of Women* e *Women's International League for Peace and Freedom*.

A reflexão sobre as formas de inserção das mulheres nas culturas feministas consiste na maior contribuição de Rupp, capaz de inspirar as historiadoras brasileiras a refletir sobre as motivações das mulheres para aderir a movimentos coletivos e manterem-se vinculadas a eles.

O exame do percurso de grupos políticos também é inspirador, porque não é triunfal, nem conduz as ativistas ao panteão da memória. Em verdade, o sucesso dos movimentos acabou por distanciar militantes veteranas das jovens, as quais, inevitavelmente, acabavam por buscar outras formas de associação e construir novas agendas de ação política. Conforme as líderes do *Council*, da *Alliance* e da *League for Peace* envelheciam, continuavam martelando a ideologia que as mulheres eram moralmente diferentes dos homens, enquanto as mais jovens observavam esse discurso como algo antiquado e desejavam pensar sobre outras questões, como a sua sexualidade e as relações amorosas. Para as veteranas, o mundo do homem é feito pelo lucro e poder, pela busca de riqueza material e pela opressão do outro. Daí, preferirem a convivência exclusiva com outras mulheres a partilhar a cena política com homens. O mundo “novo” que as mulheres ofereciam à cena pública era composto pela ideia da produção suficiente para todos, da proteção das crianças, dos jovens e dos fracos. Tudo isso exigia disciplina, esforço continuado e, sobretudo, a crença profunda

de que essas eram as causas femininas. Para garantir a continuidade do movimento, era preciso assegurar a adesão às ideias. Mas, e se a língua que as veteranas falavam não era compreendida pelas jovens, e vice-versa?

A leitura de Rupp chama a atenção para o lado amargo do eterno recomeço do movimento de

mulheres. Ao mesmo tempo, a reconstituição da dinâmica dos grupos de mulheres é tão rica em historicidade que o(a) leitor(a) percebe ali uma contribuição inescapável. Há que se decifrar os erros e acertos das mulheres no passado, em conformidade com suas escolhas e seus espaços de experiência. É a única saída historiográfica possível.